

Comunidade de Prática de Auditoria Interna (IACOP) da PEMPAL
Reuniões do Grupo de Trabalho de Auditoria na Prática e Controle Interno
50^a e 51^a Reuniões da IACOP
Skopje, Macedônia do Norte, de 08 a 11 de abril de 2019

De 08 a 11 de abril de 2019, foram realizadas as reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) de Auditoria na Prática e Controle Interno da IACOP da PEMPAL em Skopje, Macedônia do Norte. O evento da IACOP reuniu cerca de 60 funcionários-chave de auditoria interna de 26 países da Europa e Ásia Central, bem como países da América Latina e Caribe, da MNA (Autoridades Nacionais Membros) e da África. As organizações formaram parceria para a realização dessas reuniões, incluindo o Serviço de Auditoria Interna da CE, o OCDE Sigma e a Academia Nacional Holandesa do Ministério da Fazenda.

O evento foi realizado pelo Ministério da Fazenda da Macedônia do Norte, que alocou recursos para cobrir os custos relacionados ao evento. A reunião foi oficialmente aberta pelo Ministro da Fazenda da Macedônia do Norte e encerrada pelo Vice-Ministro do Ministério da Fazenda. Eles ficaram muito gratos pelas atividades da IACOP da PEMPAL e seu impacto valioso na auditoria interna do país e no controle das reformas. A atividade foi amplamente abordada pela mídia da Macedônia do Norte, que promoveu a agenda de reforma da auditoria interna (AI) na Macedônia do Norte e na PEMPAL, apoiada pelo Banco, como uma plataforma útil para a aprendizagem de profissionais de GFP assistida por colegas.¹

Os principais objetivos da reunião do **GT de Auditoria na Prática** eram:

- Explorar a próxima fase do processo de trabalho da auditoria - o trabalho de campo: expectativas, desafios, métodos e resultados
- Receber informações sobre os desenvolvimentos de auditoria interna na Macedônia do Norte
- Explorar os vários papéis da função de Auditoria Interna: da garantia ao aconselhamento (quem, quando, por que, como)
- Revisar e aprovar o Guia para o Planejamento do Trabalho da Auditoria Interna

Introdução à realização do Trabalho - Padrões Internacionais e Boas Práticas

Seguindo a agenda, foram apresentadas as EIPPs aplicáveis ao trabalho de campo e, em seguida, a Câmara continuou a discussão sobre o tema. O Assessor fez uma série de declarações fundamentais da seguinte forma: (i) um planejamento mais eficaz do trabalho resultará em menos tempo gasto no trabalho de campo

1

<https://finance.gov.mk/mk/node/7911>

<https://finance.gov.mk/en/node/7912>

<https://time.mk/c/e3403db003/se-zajaknuva-finansiskata-inspekcija-vo-javniot-sektor.html>

<https://meta.mk/tevdovski-reformite-vo-javnite-finansii-ke-ja-podobrat-kontrolata-na-trosHENeto-na-parite-na-graganite/>

<https://a1on.mk/archives/1036840>

https://www.facebook.com/MinistryOfFinanceMK/posts/1692675764211266?__tn__=-R

https://www.facebook.com/MinistryOfFinanceMK/posts/1695892153889627?__tn__=-R

https://www.instagram.com/p/Bv_iK9hHIO3/

<https://www.instagram.com/p/BwJvmiNnWlI/>

https://qrld.mk/c/kLPm_GkBmGY-kCS04KaQ/2019-04-08/efikasen-sistem-za-finansiska-kontrola-na-javniot-sektor-po-izborite-najavi-ministerot-tevdovski

<https://makfax.com.mk/ekonomija/%D1%82%D0%B5%D0%B2%D0%B4%D0%BE%D0%B2%D1%81%D0%BA%D0%B8-%D0%BD%D0%B0%D1%88%D0%B8%D1%82%D0%B5-%D0%BF%D1%80%D0%B8%D0%BE%D1%80%D0%B8%D1%82%D0%B5%D1%82%D0%B8-%D1%81%D0%B5-%D1%82%D1%80%D0%B0%D0%BD%D1%81/>

(foi proposta uma abordagem de 20-60-20% [sic], com 20% cada para o planejamento e a elaboração de relatórios); (ii) melhores habilidades de comunicação resultarão em menos tempo gasto em relatórios; (iii) as recomendações devem ser o resultado de uma solução acordada entre o auditor e o auditado; (iv) um auditor interno deve possuir habilidades emocionais; (v) o sucesso do trabalho de auditoria interna depende da maturidade do auditado; (vi) erros frequentes são cometidos por auditores internos²; (vii) toda auditoria é única devido às pessoas que estão gerenciando e operando o processo; e (viii) relatórios equilibrados são obrigatórios, o que significa que uma imagem justa da situação deve ser mostrada. O trabalho em grupo de discussão seguiu a discussão da Câmara, onde os participantes trabalharam nos estudos de caso para aplicar ferramentas de coleta de evidências. Os participantes tiveram que explorar as maneiras de identificar e avaliar a adequação do design dos controles. Observou-se ainda que muitos participantes passaram imediatamente para o teste de detalhes antes mesmo de avaliar a adequação dos controles. Esse é um erro típico observado na auditoria interna do setor público na prática.

Receber informações sobre os desenvolvimentos de auditoria interna na Macedônia do Norte

Os representantes do Ministério da Fazenda da Macedônia do Norte apresentaram uma visão geral do estado de CFIP. A EIPP é reconhecida como a estrutura nacional de auditoria interna. A capacidade de auditoria interna existente consiste em 216 auditores internos espalhados por 149 unidades de auditoria interna. 86 auditores internos são certificados. A Macedônia do Norte pediu aos participantes que discutissem seus três desafios atuais:

- Como reorganizar a função de auditoria interna, dado o número limitado de auditores nas unidades?
- Como otimizar o programa nacional de certificação?
- Como otimizar o programa de melhoria da qualidade?

Durante a discussão subsequente, também foi levantada a questão de saber se a UCH deveria ser abolida depois que o controle interno e a auditoria interna fossem efetivamente implementados. Esta última foi considerada um tópico não relevante para o nível de maturidade da AI nos países da IACOP. Em muitos casos, as UCHs estão no estágio inicial de desenvolvimento.

Explorar as várias funções da função de Auditoria Interna: da garantia ao aconselhamento (quem, quando, por que, como)

Uma sessão separada foi dedicada ao papel de consultoria da auditoria interna versus sua atividade de garantia. Embora os serviços de garantia sejam fornecidos com base em um planejamento baseado em riscos, os serviços de consultoria são fornecidos mediante solicitação específica da (alta) administração. O processo de serviços de consultoria geralmente não é bem formalizado. Na Romênia, a administração está até solicitando que os auditores internos se envolvam no design das atividades operacionais. Uma recusa da auditoria interna, de acordo com a EIPP, resultou na demissão de auditores internos. Durante as discussões ativas, ficou claro que os auditores internos precisam equilibrar cuidadosamente seu papel entre garantia (o básico de nossa profissão e o único serviço que torna a terceira linha de defesa única) e consultoria (que parece agregar mais valor aos olhos da administração). Esse exercício de equilíbrio também é impactado pela maturidade de risco e controle da organização.

Revisar e aprovar o Guia para o Planejamento do Trabalho da Auditoria Interna

Foi feito um breve resumo sobre o status do produto de conhecimento elaborado pela IACOP sobre o *Planejamento do Trabalho de Auditoria*, particularmente quando o guia deve ser usado, como e por quem. Foi acordado revisar o Guia mais detalhadamente.

Os principais objetivos do GT de Controle Interno eram:

² Os erros geralmente cometidos são os seguintes: as entrevistas não estão bem preparadas; os auditores internos se comportam e são percebidos como inspetores; auditores internos não conhecem o negócio e não fornecem recomendações práticas.

- Compreender os componentes 2 e 3 do COSO - atividades de avaliação e controle de riscos - e como eles se aplicam aos princípios relacionados ao setor público
- Determinar critérios para avaliar esses dois componentes do COSO no contexto do setor público
- Compartilhar boas práticas e ferramentas práticas para aplicar a avaliação de riscos e estabelecer atividades de controle em organizações do setor público
- Identificar vínculos entre os princípios do COSO e o modelo de três linhas de defesa
- Adquirir a experiência da Macedônia do Norte no desenvolvimento do Documento de Política Pública de Controle Financeiro Interno
- Revisar o projeto de orientação da PEMPAL para auditores internos sobre a avaliação da eficácia do controle interno
- Compartilhar boas práticas e ferramentas práticas para aplicar a avaliação de riscos e estabelecer atividades de controle em organizações do setor público

Identificar vínculos entre os princípios do COSO e o modelo de três linhas de defesa

No âmbito da atividade da ordem do dia, o representante da República da África do Sul compartilhou as ferramentas práticas de boas práticas para aplicar a avaliação de riscos e estabelecer atividades de controle em organizações do setor público na República da África do Sul (RSA). A Lei de Gestão Financeira Pública da África do Sul fornece antecedentes legislativos que o contabilista de um departamento, entidade comercial ou instituição constitucional deve garantir que o departamento, entidade comercial ou instituição constitucional possua e mantenha - sistemas eficazes, eficientes e transparentes de gestão financeira e de risco e controle interno. Para entidades públicas, uma autoridade contábil de uma entidade pública deve garantir que essa entidade pública tenha e mantenha sistemas eficazes, eficientes e transparentes de gestão financeira e de riscos e controle interno. Para organizações de três camadas (por exemplo, SOEs), os níveis de avaliação de riscos são estratégicos, táticos e operacionais; níveis estratégicos e operacionais para organizações de duas camadas (por exemplo, departamentos governamentais). A Estrutura de Controle Interno é uma estrutura desenvolvida internamente, que descreve: a) natureza, tipo e categoria de controles; b) critérios para adequação do controle; c) critérios para efetividade do controle; d) processos para o design, para a implementação e para o monitoramento de controles internos; e) avaliação dos controles internos.

Os controles principais são classificados como a) Controles no nível da entidade - fornecem orientação e estabelecem requisitos para o que deve ser feito para alcançar os objetivos, por exemplo políticas; b) Controles no nível do processo - são parte integrante dos processos e atividades organizacionais realizados diariamente para alcançar diretrizes e requisitos de políticas; e c) Controles principais (compostos de controles primários e de compensação). Também foi apresentada uma abordagem de garantia combinada no RSA, que inclui os seguintes estágios: análise de contexto, identificação e avaliação dos principais riscos, identificação e avaliação dos principais controles para mitigação dos riscos avaliados; determinar o nível e a extensão da garantia necessária, determinar os objetivos e o escopo da garantia e atribuir atividades de garantia aos prestadores de garantia; planejar, executar, monitorar e reportar coletivamente os resultados das atividades de garantia combinada.

Compreender os componentes 2 e 3 do COSO - atividades de avaliação e controle de riscos - e como eles se aplicam aos princípios relacionados ao setor público

Os participantes também aprenderam com a experiência da Comissão Europeia (CE) em atividades de avaliação e controle de riscos. Pode resumir-se da seguinte forma: os gerentes avaliam o risco residual, enquanto os auditores avaliam o risco inerente. Geralmente, não há tempo para avaliar os controles durante a avaliação de riscos. Se, durante a avaliação de risco, os auditores obtiverem informações que indiquem a falta dos controles principais ou exibam deficiências muito significativas, é provável que essas informações influenciem o aspecto de probabilidade do risco identificado. Os controles são avaliados durante a pesquisa preliminar de auditorias. A Comissão tem sua tipologia de risco padrão, na

qual são identificados os principais grupos e subgrupos de risco. O trabalho de auditoria interna se concentra na auditoria dos controles que são considerados eficazes pela administração (ou seja, controles fortes e identificados pela administração). Alguns desafios identificados para as atividades de avaliação e controle de riscos incluem: entender os negócios, complementaridade com a avaliação gerencial (IAS: Gestão de Alto Risco: Riscos Graves), determinar assuntos e escopo do trabalho, receber informações em um estágio inicial de novos sistemas, e alterar substancialmente, afetando o sistema de controle interno.

Além disso, os participantes discutiram os desafios e oportunidades nas atividades de avaliação e controle de riscos nos países da PEMPAL e além, em torno de um aquário [sic]. As declarações feitas pelos participantes incluíram:

- No caso da Moldávia, existe um orçamento baseado em insumos e a respectiva mentalidade, portanto, é difícil criar execução de operações e orçamentos orientada para o desempenho e é difícil integrar orçamento e operações. Isso resulta em estabelecimento de objetivos fracos, gerenciamento e controles de riscos fracos. Os departamentos de finanças e economia não são fortes e suficientemente preparados. Os acordos de prestação de contas também são fracos.
- A UCH da Croácia enfrenta dificuldades com a rotatividade de pessoal em cargos relevantes. São criados sistemas e instruções para o treinamento da equipe, mas, dada a alta rotatividade da equipe, os resultados são fracos e há sempre a necessidade de treinamento para os recém-chegados. A responsabilidade parece ser apenas da UCH, enquanto na realidade outras unidades devem compartilhar a responsabilidade (por exemplo, a Escola de Administração Pública).
- Também foi declarado que a UCH deveria funcionar em um futuro próximo, pelo menos, para treinar e educar a administração e os auditores internos. A UCH também deve treinar o público/cidadãos na PIFC. Além disso, a UCH não deve se concentrar apenas no treinamento. Também deve criar, desenvolver e adaptar ferramentas e técnicas para treinar a nova equipe. A UCH também deve estar visível em ações e resultados. Na maioria dos casos, não há responsabilidade organizacional externa. Os componentes 2 e 3 do COSO contribuirão diretamente para a responsabilidade e a transparência externas.

Determinar critérios para avaliar esses dois componentes do COSO no contexto do setor público

Foi apresentada a ferramenta de avaliação FMC da Holanda. O guia assim a descreve:

- Medidas a serem tomadas para uma avaliação adequada;
- Instrumentos para conduzir avaliações de FMC;
- Etapas de acompanhamento após a avaliação: plano de ação.

O guia foi elaborado pela Academia Nacional de Finanças e Economia do Ministério das Finanças holandês. Este guia é mais limitado em escopo do que o espectro total de controle interno. Ele se concentra apenas nos principais elementos fundamentais da Gestão Financeira e do Controle Financeiro: totaliza cerca de 50 critérios principais a serem avaliados. Os critérios são baseados em: (parcialmente) COSO, três linhas de defesa e o ciclo de gerenciamento (planejar, executar, verificar e agir), bem como ambientes de melhores práticas e ferramentas existentes (por exemplo, PEFA). Os critérios de avaliação foram plotados em uma “matriz de avaliação” que forma a base de instrumentos, tais como questionários, análises de documentos, entrevistas, etc. O foco principal está nas atividades gerenciais (responsabilidades e requisitos de prestação de contas) e no processo orçamentário.

Durante a reunião, também foi apresentada a ferramenta de Avaliação de Qualidade de Controle Interno desenvolvida pela SIGMA. Essa é uma ferramenta que deve ser usada pelos gerentes e também pelas UCHs. Para as UCHs, a ferramenta pode servir como uma base sólida para o desenvolvimento de metodologias nacionais de avaliação da qualidade de CI. Os usuários podem se beneficiar da descrição detalhada do processo, desde o planejamento, passando pela implementação até os relatórios. Inclui lista de verificação fácil de usar, com perguntas, fontes de evidência e métodos de avaliação para todos os princípios do COSO.

Também fornece uma explicação completa de como usar fontes diferentes para relatórios anuais e fornece conclusões sólidas. Para os gerentes, o guia fornece um conjunto estruturado de disposições de gestão e controle para a entrega eficiente e eficaz de objetivos; melhor entendimento e avaliação do estado atual de qualquer elemento da administração; exemplos de mecanismos sobre como implementar diferentes elementos dos sistemas de gestão e controle. Este é um kit de ferramentas para facilitar a auto-verificação da conformidade com os princípios do COSO através de um conjunto de perguntas.

Adquirir a experiência da Macedônia do Norte no desenvolvimento do Documento de Política Pública de Controle Financeiro Interno

O Governo da Macedônia do Norte adotou recentemente o Documento de Política e Plano de Ação PIFC (2019-2021), que é uma estratégia para o desenvolvimento adicional do sistema de controle financeiro interno no setor público. Visa definir a estrutura do sistema contemporâneo, adequado e eficaz sobre o PIFC, incluindo a gestão e controle financeiro, auditoria interna, coordenação e harmonização central e a inspeção financeira pública. O Documento de Política também se concentra na prevenção de fraudes, corrupção nos contratos públicos e na capacidade de inspeção financeira.

Revisar o projeto de orientação da PEMPAL para auditores internos sobre a avaliação da eficácia do controle interno

A IACOP da PEMPAL redigiu uma orientação para auditores internos sobre a avaliação da eficácia do controle interno, que foi apresentada durante a reunião. O documento fornece orientação para ajudar os auditores internos a entender melhor os principais recursos do controle interno eficaz e a melhor forma de avaliar sua maturidade e eficácia. O documento descreve os principais recursos do controle interno promovidos pelo COSO. Explica o objetivo de cada um dos cinco componentes do controle interno e os 17 princípios subjacentes do controle interno que precisam ser cumpridos para que o controle interno seja eficaz. Identifica critérios para avaliar até que ponto cada um dos princípios foi atendido. Promove um modelo para uma avaliação em quatro níveis da maturidade do Controle Interno. Apresenta uma estrutura detalhada para avaliar a maturidade dos controles internos nesses quatro níveis, com base nos critérios de avaliação desenvolvidos pela PEMPAL, conforme observado acima. Durante a reunião, os participantes trabalharam em grupos de discussão para determinar critérios para avaliar a “avaliação de riscos no contexto do setor público”. Os resultados relatados serão incorporados ao Guia para Auditores Internos sobre Avaliação da Eficácia do Controle Interno e serão apresentados durante a próxima reunião.

Sessão paralela sobre o Papel dos Auditores Internos no Fortalecimento da Prestação de Contas

Conforme declarado na Estratégia da IACOP para 2019-2022, a fim de promover as atividades da IACOP e seus produtos de conhecimento, foi organizada uma sessão paralela com cerca de 20 auditores internos da Macedônia do Norte. O líder da IACOP, Arman Vatyán, apresentou à IACOP seus objetivos e função, modo de operação, produtos de conhecimento desenvolvidos na IACOP e outros planos. Os líderes do grupo de trabalho da IACOP (Mioara Diaconescu e Edit Nemeth) compartilharam a experiência dos países da IACOP no tópico de prestação de contas e no papel dos auditores internos. Os participantes valorizaram esta oportunidade única de aprender com os membros da IACOP.

Reunião do Comitê Executivo da IACOP

Além disso, a reunião do Comitê Executivo da IACOP (ExCom) foi realizada em 09 de abril de 2019. A Sra. Edit Nemeth, Chefe húngara da UCH, foi eleita Presidente do ExCom. O Sr. Petru Babuci, da República da Moldávia, e a Sra. Arman Bekturova, do Cazaquistão, foram eleitos os novos Vice-Presidentes.

Um novo acordo de backup foi acordado e estabelecido. Particularmente, Aleksei Solodov (Federação Russa) e Irma Gelantia - Akhvlediani (Geórgia) foram eleitos como backups permanentes para os

membros do ExCom. O ExCom decidiu encerrar automaticamente a associação de membros do ExCom, que perderão os eventos da IACOP organizados durante um ano civil (a partir do próximo evento). Foi acordado que todos os membros do ExCom precisam se envolver ativamente nas atividades dos GT e da IACOP.

O ExCom avaliou as reuniões atuais como bem-sucedidas, muito produtivas, com boas discussões, ativas, e com tempo suficiente alocado para perguntas e respostas.

Outras questões da organização também foram acordadas e definidas.

A ata está disponível mediante solicitação.

Os produtos de conhecimento da IACOP estão publicados em pempal.org.

PEMPAL é o programa regional da Europa e Ásia Central, gerenciado pelo GGP, que apoia uma rede de aprendizagem entre colegas de profissionais de finanças públicas dos países-membros. A rede está organizada em três comunidades temáticas de prática (COPs): Orçamento, Tesouraria e Auditoria Interna. Cada uma das COPs tem um plano anual e estratégico aprovado por seu Comitê Executivo e endossado pelo Comitê Diretor do programa.